

**17º Congresso de Iniciação Científica****A FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DA CRIANÇA COM DIFICULDADES ACENTUADAS PARA APRENDER NO CONTEXTO DO REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL****Autor(es)**

DANIELA CRISTINA ZAMPIERI

Orientador(es)

MARIA INÊS BACELLAR MONTEIRO

Apoio Financeiro

PIBIC/CNPQ

1. Introdução

Neste estudo focalizamos processos de ensino-aprendizagem de uma criança com deficiência mental, que frequenta a rede regular de ensino e um programa de apoio escolar da educação infantil. Buscamos compreender especificamente como se dá a apropriação dos conteúdos relacionados à construção da identidade e da autonomia previstos no documento oficial nacional para a educação infantil - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - de 1998.

A pesquisa foi orientada por uma análise minuciosa de situações do processo de aprendizagem, relacionando-as com a história de vida da criança e com o contexto maior escolar e social.

Estudos anteriores, realizados pelo grupo de pesquisa Linguagem e Inclusão Escolar (CNPq –Diretório de Grupos de Pesquisa), demonstraram que embora os professores considerem a inclusão positiva, avaliam que ela ainda não ocorre em sua plenitude. Os estudos revelaram também que as imagens construídas pelos professores e pelos colegas, sobre o sujeito, traduzem a história social do deficiente mental em nossa sociedade. Esta imagem negativa, certamente, está refletindo na constituição destes sujeitos.

Ao analisar os resultados das pesquisas realizadas anteriormente, Ferreira (2006) destaca que a educação inclusiva ou educação para todos ainda continua a ser um desafio para a realidade brasileira. A escola deveria exercer sua função social não apenas consentindo na participação de todos os alunos nas atividades escolares, mas garantindo propostas educacionais que atendessem às diferenças e que favorecessem a aprendizagem e o desenvolvimento social e cultural de todos. Isto significa que a escola não se torna inclusiva somente por ampliar o acesso do alunado com necessidades especiais à classe comum. A inclusão não pode ser pensada somente como a inserção da criança deficiente na rede regular de ensino, ou seja, não basta estar na escola para haver inclusão. É necessário garantir o acesso ao conhecimento, a real apropriação dos conteúdos culturais.

A proposta Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, publicada em três volumes pelo Ministério da Educação e do Desporto, tem como objetivo “apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural.” (p. 07). No volume II da série são apresentadas as propostas para o trabalho para a Formação Pessoal e Social que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da identidade e da autonomia de crianças. Neste estudo nos propusemos a avaliar como esta proposta está

refletindo na educação de crianças com dificuldades acentuadas de aprendizagem (deficientes mentais) e que caminhos alternativos estão sendo criados para alcançar os conteúdos planejados, de autonomia e construção da identidade destes sujeitos.

No que diz respeito à 'independência e autonomia', o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil diz que: "o exercício da cidadania é um processo que se inicia desde a infância, quando se oferecem às crianças oportunidades de escolha e de autogoverno." (p.40). Assim, apontamos o núcleo escolar (professoras, estagiárias, funcionários e colegas) como fundamental para o desenvolvimento de crianças com dificuldades acentuadas para aprender.

2. Objetivos

Tivemos como objetivo analisar os processos de ensino-aprendizagem de uma criança com dificuldades acentuadas para aprender (deficiente mental), que frequenta a rede regular de ensino e programas de apoio escolar da educação infantil; buscando compreender como se dá o processo de apropriação dos conteúdos relacionados à construção da identidade e da autonomia previstos no documento oficial nacional para a educação infantil - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - de 1998.

3. Desenvolvimento

O estudo toma como base uma perspectiva teórico-metodológica histórico-cultural, uma vez que esta permite a análise qualitativa e a compreensão do processo social de constituição do sujeito possibilitado pela linguagem.

Vygotsky (1991, 2001) ao partir da premissa básica de que as funções mentais superiores são constituídas no social, em um processo interativo possibilitado pela linguagem e que antecede a apropriação pessoal, também vê a pesquisa como uma relação entre sujeitos, relação essa que se torna promotora de desenvolvimento mediado por um outro.

O estudo foi desenvolvido em uma escola da rede municipal, de educação infantil, de uma cidade do interior de São Paulo, que tem alunos com dificuldades acentuadas para aprenderem incluídos em suas salas de aula regular.

A escola selecionada para o trabalho foi uma pré-escola do período vespertino, que possui uma aluna com dificuldades acentuadas para aprender. A aluna – sujeito dessa pesquisa – no primeiro semestre de 2009 ingressou na 1ª. Etapa do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos. No entanto, foi "adaptada" uma sala de aula para essa turma na mesma escola municipal de educação infantil. A implantação dessa sala se deu nesse local por não haver no município vagas e "espaço físico" para atender a nova proposta referente ao ensino de 9 anos. Por se tratar do Ensino Fundamental e não mais da Educação Infantil, foi necessário o remanejamento de uma professora habilitada para tal função e também de uma professora estagiária que respondem a outra escola (com outra direção), de outra localidade. O sujeito foco desta pesquisa foi L., uma menina de 6 anos de idade, com diagnóstico de Síndrome de Doose (Epilepsia Mioclônico Astática). L. frequenta a 1ª. Etapa do Ensino Fundamental de 09 anos. Além de L., participaram do estudo seus colegas de sala, a professora titular e uma professora estagiária; funcionários da escola; mãe do sujeito e pesquisadora.

Os dados de campo foram obtidos através de visitas semanais a escola, diálogo com a direção das escolas (Escola M.R. = Escola de Educação Infantil e Escola F.C. = Escola de Ensino Fundamental), com as professoras, estagiárias/monitoras responsáveis pela sala de aula alvo (tanto no período matutino, quanto no período vespertino), com a mãe do sujeito e equipe multidisciplinar que atende o mesmo em outros espaços; além de observações e vídeo filmagem em sala de aula no momento das atividades. Num segundo momento, os dados foram transcritos em um diário de campo seguidos de uma análise pautada na perspectiva teórico-metodológica histórico-cultural.

4. Resultado e Discussão

Os dados obtidos foram organizados por temas abordados, seguidos de uma análise. As observações tiveram a duração aproximada de uma hora e meia /cada encontro (totalizando 06 encontros), além de 01 (uma) vídeofilmagem realizada no tempo de 15' (quinze) minutos. As mesmas foram registradas em um Diário de Campo contendo os dizeres dos sujeitos envolvidos; suas expressões corporais e faciais; além de parte do movimento local.

Definimos as seguintes unidades temáticas a partir da leitura dos registros do diário de campo e da transcrição da vídeofilmagem realizadas na Pré-escola / Educação Infantil (2S/2008) e na 1ª. Etapa do Ensino Fundamental de 09 anos (1S/2009) – contexto escolar

em que o sujeito está inserido:

1. A oportunidade de escolher: o que revelam as práticas pedagógicas;

2. Adaptações curriculares: o que se entende por elas;

3. Indícios da resistência em relação à inclusão no interior da escola

1. A oportunidade de escolher: o que revelam as práticas pedagógicas

“L. está brincando de massinha juntamente com outros colegas na sala de aula. A professora se aproxima de L. oferecendo a ela a massinha de cor azul. L. recusa demonstrando interesse por outras massinhas de cores variadas. A professora diz: ‘A azul L.! É pra você brincar com a azul’. L. diz contrariada e balançando a cabeça negativamente: ‘Não, não!’ – enquanto aponta para as outras cores. Diante do acontecimento L. desiste da atividade com massinha, se dispersando e sentando no chão da sala.”

Realizar escolhas é uma atividade que promove o desenvolvimento da autonomia e independência da criança. O Referencial Curricular (1998) destaca: “A capacidade de realizar escolhas amplia-se conforme o desenvolvimento dos recursos individuais e mediante a prática de tomada de decisões. Isso vale tanto para os materiais a serem usados como para as atividades a serem realizadas.” (p.40).

No episódio acima identificamos uma situação que poderia ser aproveitada pela professora para promover a aprendizagem de “realizar escolhas” o que possibilitaria o desenvolvimento da autonomia de L.. No entanto, não é o que ocorre. A professora revela uma atitude comum no trato com os deficientes reafirmando a dependência e o descrédito em suas capacidades de autonomia.

2. Adaptações curriculares: o que se entende por elas

”Converso com T. (estagiária) para saber se L. (sujeito) tem algum caderno igual ao das outras crianças, mas T. não sabe e vai perguntar a R. (professora). Esta diz que L. não tem caderno e que faz as atividades em folhas de sulfite.

Percebo que as atividades realizadas por L. são diferentes das demais crianças. Enquanto L. cola barbante no círculo em uma folha de sulfite, as demais crianças realizam atividade no caderno de escrita (treino motor).

Durante as atividades realizadas em sala de aula, R. fica sentada em sua mesa gritando para as crianças ficarem quietas.”

Fazer adaptações curriculares para atender às necessidades da criança com necessidades especiais é uma orientação prevista nos documentos oficiais para a educação destas pessoas. Também Vigotski, em seus textos sobre defectologia, salienta a necessidade da criação de caminhos alternativos e recursos especiais para possibilitar a aprendizagem. No entanto, realizar adaptações curriculares ou criar caminhos alternativos não pode ser entendido como simplificar tarefas, separar a criança dos colegas ou indicar uma atividade sem sentido que preencha o seu tempo. Vemos na prática escolar que esta orientação está revelando uma não compreensão do que os sentidos originais propostos.

3. Indícios da resistência em relação à inclusão no interior da escola

”Professora Estagiária: Você acha que isso é inclusão?! Acha?! (fala exaltada). Pois eu acho que isso não é inclusão não! (referindo-se a aluna com dificuldades acentuadas para aprender incluída na sala de aula regular). Ah, inclusão pra mim é uma criança especial estar numa sala especial! Eu já trabalhei muito com inclusão... Eu tinha uma sala de aula com 16 alunos especiais! Pesquisadora: Mas você não vê isso como uma “exclusão”? Professora Estagiária: Não! (responde exaltada). Isso sim é inclusão! Incluir aqueles que têm as mesmas necessidades e dar a eles condições de se desenvolver!”

Um dos riscos das políticas de inclusão impostas pelas leis é que ao invés de transformarem o interior da escola em um modelo que realmente atenda a diversidade, criam resistência, não responsabilização pelo desenvolvimento do aluno ou apenas tolerância sem investimento. Na entrevista acima vemos a resistência revelada na fala da professora estagiária. Ela identifica que o que está ocorrendo com a aluna L. não é inclusão, mas sim exclusão e se coloca contrária totalmente a política imposta. Isso nos alerta para a necessidade de uma preparação melhor da escola e um apoio maior aos professores e demais educadores que participam na prática do processo de ensino-aprendizagem.

5. Considerações Finais

Concluimos ao final deste estudo que o sujeito com dificuldades acentuadas para aprender incluído na sala de aula regular ainda é visto e pensado como alguém impossibilitado de ocupar o mesmo espaço que alunos considerados normais.

O fato de termos a “deficiência” como um produto construído historicamente e culturalmente torna o processo de inclusão resistente àqueles que têm em seus princípios o conceito de normalidade, vendo dessa maneira o sujeito com dificuldades acentuadas para aprender inapto a integrar-se aos demais.

Com base nas análises efetuadas pudemos concluir que ainda estamos muito longe de ter uma escola inclusiva uma vez que nos deparamos com uma estrutura educacional totalmente inadequada, que não atende somente as necessidades educativas de alunos com dificuldades acentuadas para aprender, mas de alunos de um modo geral.

Em nossa pesquisa encontramos uma sala de aula improvisada para a 1ª. Etapa do Ensino Fundamental em uma escola de Educação Infantil, com espaço limitado, mobiliário inadequado que comprometia a visão dos alunos (muitos deles de costas para o quadro negro), além de professores despreparados e desamparados para trabalhar com a inclusão escolar.

No que diz respeito ao objetivo proposto em nosso estudo podemos afirmar que os conteúdos relacionados à construção da identidade e da autonomia previstos no documento oficial nacional para a educação infantil não integram o plano de aula da sala em foco.

Não cabe aqui culpabilizar os professores e estagiários, que sofrem as conseqüências de uma política de inclusão perversa em que se exige a matrícula de crianças com necessidades especiais na escola regular, mas não oferece condições de infra-estrutura e formação profissional para o enfrentamento das dificuldades que se revelam.

No estudo desenvolvido sentimos a angústia dos professores e as dificuldades decorrentes da falta de apoio para o sucesso de suas práticas pedagógicas. Os professores/estagiários revelam saber que o que tem ocorrido com as crianças com necessidades especiais está longe de ser a inclusão. A escola precisa rever seu modelo educacional e isso não depende unicamente de uma ou outra pessoa ou instituição, mas de uma conscientização social e política que provoque a mudança de mentalidade proposta por Vigotski em sua obra de Defectologia, escrita há mais de 75 anos atrás.

A educação de todos é possível, mas só poderá se tornar realidade quando houver uma mudança na visão do “outro” acerca do diferente, quando a diversidade for aceita e considerada e cada ser humano puder ocupar o seu lugar no espaço constituindo-se plenamente em suas relações sociais.

Referências Bibliográficas

BRASIL (1998). Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Volume II. Ministério da Educação e do Desporto.

FERREIRA, M.C.C. (2006). Os movimentos possíveis e necessários para que uma escola faça a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C.R; VICTOR, S. L. (orgs). Pesquisa e Educação Especial: Mapeando Produções. Vitória: Edufes, p.139-154.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____ A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.